



P.M.S.A.L
FEL Nº 248
RUB 24

GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE
Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!
Gestão 2021/2024

PARECER Nº 076/2022

Consulente: Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Licitação e Contratos Administrativos

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. DECRETO Nº 7.892/2013. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. VANTAJOSIDADE ECONÔMICA. VIABILIDADE JURÍDICA. PROCEDÊNCIA.

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Processo Administrativo nº 033/2022 - Adesão a Ata de Registro de Preços nº 078/2021 do Pregão Presencial nº 071/2021 - Prefeitura Municipal de Nova Lacerda/MT, o qual possui como objeto a “Aquisição de ônibus escolar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura”, conforme solicitação do Secretário Municipal, senhor Nilson Barbosa de Souza.

Analisando o processo, tem-se que a justificativa para a referida aquisição se baseia no aumento da demanda do transporte escolar, bem como em razão da frota municipal se encontrar deficitária.

A opção pela Adesão à Ata de Registro de Preços se dá em virtude da vantajosidade econômica e processual que tal procedimento dá ao Município, haja vista a agilidade existente na adesão.

Integram os autos os seguintes documentos: Solicitação de realização de Licitação assinada pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, Verba Orçamentária, Solicitação de Materiais, Termo de Referência, Ata de Registro de Preço nº 078/2022, Ofício remetido à Prefeitura Municipal de Nova Lacerda reportando intenção em aderir à Ata, Autorização da Prefeitura supracitada, Ofício remetido à detentora da Ata, Ofício da empresa se manifestando favorável,

G.



Quadro de Cotações e Orçamentos, Cópia do Processo do Pregão Presencial nº 071/2021 - SRP, Certidões Negativas.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, insta consignar que o presente Parecer Jurídico, embora no caso em apreço possua obrigatoriedade legal na emissão, este possui caráter meramente opinativo, ou seja, não sobrepõe o poder discricionário do Chefe do Poder Executivo, tendo tão somente a finalidade precípua de elucidar, informar, sugerir providências a serem estabelecidas e/ou condutas a serem praticadas pela Administração Pública, como define o nobre doutrinador Helly Lopes Meirelles, *in verbis*:

[...] Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva. (MEIRELLES, 2010, p. 197).

Cumprе anotar que a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 38, parágrafo único, estabelece a imprescindibilidade do parecer jurídico realizado pela assessoria jurídica ou órgão equivalente do contratante, para que este analise a legalidade do procedimento, bem como a minuta dos contratos que serão firmados entre as partes, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: (...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

A adoção do pregão como uma espécie de modalidade licitatória se deu através do advento da Lei Federal nº 10.520/02¹, tendo o Sistema de Registro de Preços – SRP – previsto através do artigo 15 da Lei nº 8.666/93², sendo este regulamentado através do Decreto nº 7.892/2013, onde

¹ Instituí, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

² § 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.



prevê que a ata de registro de preços poderá ser aderida por ente/órgão diverso do órgão participante, desde que comprovada a vantajosidade para tal, conforme o artigo 22 do referido Decreto, *in verbis*:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

A adesão à ata de registro de preços, conforme o brilhante doutrinador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, possui como fundamento lógico, a oportunidade de deixar de repetir um processo licitatório oneroso, lento e desgastante, quando já se há registrada uma proposta mais vantajosa para a aquisição de bens ou prestação de serviços que se necessita.

Quando há a adesão de uma ata de registro de preços, o órgão gerenciador já possui as informações necessárias acerca do desempenho da empresa contratada, no que tange a execução do objeto, reduzindo os riscos de uma prestação ineficiente.

Tomando o Decreto nº 7.892/2013 como referência, uma condição a ser observada consiste em obter a anuência do órgão gerenciador para a participação de órgão não participante, para esse fim, analisando-se o processo administrativo, se vê que a Administração Pública Municipal solicitou a adesão à ata de registro de preços através do ofício nº 080/GAB/2022, tendo sido esse anuído pelo órgão gerenciador, preenchendo, portanto, tal requisito para a adesão à ata.

Outro requisito importante é a observância aos limites quantitativos para a adesão. De acordo com os §3º do art. 22 do supramencionado Decreto, cada órgão poderá contratar, por adesão, até 50% (cinquenta) por cento do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

- I - seleção feita mediante concorrência;
- II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;
- III - validade do registro não superior a um ano.

G.



P.M.S.A.L
FLS Nº 243
RUB 04

GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE
Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!
Gestão 2021/2024

3º as aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Compulsando o processo administrativo *in tela*, se vê que da ata de registro de preços, o órgão não participante (Município de Santo Antonio do Leste) tem intenção em 01 (um) item, sendo o valor total da intenção de adesão à Ata de R\$ 421.000,00 (quatrocentos e vinte e um mil reais).

Nesse sentido, constata-se a Autorização para adesão à Ata de Registro de Preços – APLIC, a qual o Órgão Gerenciador registrou a autorização via Portal da Unidade Gestora (PUG), do item e a respectiva quantidade a ser adquirida, restando, portanto, em consonância com os § 3º do art. 22, Dec. 7.892/13.

Ainda, importante mencionar que consoante o §6º do artigo 22 do mencionado dispositivo, após a autorização do órgão gerenciador o órgão não participante tem o prazo de até 90 (noventa) dias para efetivar a aquisição/contratação solicitada, além de ser observar o prazo de vigência da ata.

Nos autos em análise verifica-se o Ofício nº 031/2022/GP da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda/MT que autoriza a presente adesão, data de 14 de março de 2.022, portanto, até a data de lavratura do presente, dentro do prazo regular.

Dentre os quesitos a serem analisados encontra-se a demonstração da vantajosidade da contratação por adesão, a qual fora demonstrada através de orçamentos e balizamento público.

Analisando o processo administrativo, se vê que a adesão à presente ata de registro de preços encontra-se mais vantajosa à Administração Pública, uma vez que os valores apresentados restaram inferiores à outras contratações possíveis para tal objeto.

Quanto à minuta da ata de registro de preços, tem-se que também se encontra perfeitamente nas cláusulas necessárias ao contrato administrativos, previstas no artigo 55 da Lei nº 8.666/93:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;



- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;*
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;*
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;*
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;*
- VIII - os casos de rescisão;*
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;*
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;*
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;*
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;*
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.*


Por fim, registra-se a análise do processo sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

III – CONCLUSÃO

Desta feita, tendo em vista os aspectos de juridicidade, este Assessor Jurídico signatário opina favoravelmente ao prosseguimento do Processo Administrativo nº 033/2022 – Adesão à Ata de Registro de Preços nº 078/2021 do Pregão Presencial nº 071/2021 – Prefeitura Municipal de Nova Lacerda/MT.

É o parecer.

Santo Antônio do Leste – MT, segunda-feira, 04 de abril de 2022.


LUCAS GUSTAVO GOMES SILVA
Assessor Jurídico Especial do Gabinete do Prefeito
OAB/MT nº 30.050/O